

Emenda unifica índices do Orçamento

A Comissão do Orçamento do Congresso já tem como certo, pelo menos a alteração de um ponto da nova LDO. A partir de uma emenda do deputado César Maia (PMDB-RJ) a Comissão vai incluir no texto original do Governo um artigo prevendo que o crescimento do orçamento monetário adotará o mesmo índice utilizado para o orçamento fiscal.

A LDO não deixava clara a adoção de índices iguais para os dois orçamentos, prevendo apenas que os reajustes do orçamento fiscal se dariam de acordo com a variação pelo IGP (Índice Geral de Preço). Nesse ponto, também, a Comissão de Orçamento deve aprovar emenda alterando o índice utilizado pelo Governo que passará a ser o INPC.

Essas duas mudanças, propostas pelo deputado César Maia, têm como objetivos, primeiro garantir que arrecadação e gastos tenham o mesmo crescimento. A segunda emenda se justifica pelo fato do INPC ser medido pelo IBGE, que é um órgão oficial, enquanto que o IGP é calculado

pela Fundação Getúlio Vargas.

As restrições impostas pela nova LDO também devem ser alteradas, em alguns pontos, pela Comissão de Orçamento. Em alguns itens, a LDO restringe investimentos além do que já está estabelecido pela Constituição, como é o caso dos recursos para a saúde e a educação. Existem, ainda, restrições que o Governo está impondo a programas cujas prioridades haviam sido dadas pelo próprio Governo, o que deve ser corrigido pela Comissão no Congresso.

A partir da próxima terça-feira, a Comissão de Orçamento começa a estudar a LDO e as emendas apresentadas. Ao todo foram apresentadas 1.227 emendas que, se aprovadas, podem alterar totalmente o espírito da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Boa parte dessas emendas (pelo menos 15 por cento delas) trata de questões relacionadas ao orçamento da Seguridade Social. O deputado Antônio Britto (PMDB-RS), por exemplo, é autor de cinco emendas que tratam do assunto e, entre outros pontos, obrigam o

Governo a repassar ao INSS o gasto com administração e folha de pessoal, despesas que são constitucionalmente de competência da União, mas que não vêm sendo repassadas pelo Governo.

Em contrapartida a emendas importantes que regularizam os caixas do Governo, a Comissão do Orçamento terá que analisar também verdadeiros loteamentos de recursos propostos, até mesmo, pelo presidente da Comissão, senador Ronaldo Aragão (PMDB-RO). As regiões Norte e Nordeste que sempre exigem repasse de recursos públicos para seis estados, dessa vez têm bastante força na Comissão de Orçamento. Cerca de 53 por cento da Comissão é formada por parlamentares dessas regiões. O número, segundo o deputado Beto Mansur (PDT-SP), "chega a ser um absurdo se comparado aos políticos das regiões Sul e Sudeste, que representam, apenas, 40 por cento da Comissão (32 parlamentares da região Sudeste e 11 da região Sul)", denuncia Mansur.